

# **i NFORME**

Uma Publicação do Departamento de Economia - UFPI - N° 06

**PONTO  
De  
Vista**

**U**ma vez mais ei-nos aqui de volta e, esperamos, muitos outros encontros virão. Nosso jornal-infomati vo evoluiu, ganhou consistência, ampliou seu público e continua sendo feito com paixão. Hoje é um espaço disputado por nossos docentes e alunos que querem expor o seu pensamento à opinião pública. Sejam todos bem vindos. Nosso espaço é plural!

Essa pluralidade marca positivamente o atual número. O Prof. Samuel Costa Filho, no primeiro artigo se opõe ao que ele chama de "euforia enganosa", quanto às estatísticas macroeconômicas do primeiro trimestre, mostrando que não há fundamento para tal, observando a necessidade de uma mudança de enfoque de um viés liberal para outro desenvolvimentista. O prof. Almir Bittencourt debruça-se sobre as disfuncionalidades do Estado. A instituição não consegue representar o interesse público por uma série de mazelas e desajustes entre as quais aponta a corrupção e a falta de reformas institucionais.

Na linha desenvolvimentista, o prof. William Bandeira articula argumentos a favor de um projeto de desenvolvimento para o Piauí, abrindo a discussão para o grande público. O prof. Tiago trabalha na sua área preferida que é a administração do varejo.

O alunos Stéfano Lopes e Carlos Novack expressam seus pensamentos de forma bastante competente. É bom tê-los entre nós. Por fim, agradecemos ao Prof. Alfredo José P. de Oliveira, por sua contribuição.

As portas continuam abertas. Até o próximo número!

**A enganosa euforia das estatísticas do primeiro trimestre .....pág. 2**

**Brasil: Corrupção, déficit público e outras mazelas.....pág.3**

**Considerações sobre a formulação de um projeto de desenvolvimento para o Piauí.....pág.6**

**O aprendizado como base na criação de valor para o cliente.....pág.10**

**O novo rural brasileiro.....pág.13**

**A economia e a guerra.....pág.4**

**E o ajuste ?.....pág.9**

*Confira indicadores  
pág...16*

**C  
O  
N  
Ô  
M  
I  
C  
O**

## A ENGANOSA EUFORIA DAS ESTATÍSTICAS DO PRIMEIRO TRIMESTRE

SAMUEL COSTA FILHO\*

A divulgação dos dados estatísticos do primeiro trimestre desse ano trouxe de volta o clima de euforia enganosa, característica do período inicial do Plano Real e da opção em favor da inserção subordinada na globalização.

Porém, a onda de otimismo que parece retornar com a apresentação dos resultados sobre crescimento do PIB, safras agrícolas e superávit do Tesouro, não consegue esconder a gravidade da situação brasileira, nem camuflar o quadro de deterioração socioeconômica que vem se agravando ultimamente.

Apesar da comemoração do Presidente da República, da equipe econômica e da maioria dos jornalistas "simpáticos" ao Governo, a realidade apresenta evidências de aumento da crise social. Presenciamos no dia a dia, o aumento da violência e da criminalidade, taxas de desemprego recordes, enormes filas de desempregados que desesperadamente se afileiram diante de qualquer promessa de emprego, mesmo que temporário e sem qualquer garantias e direitos trabalhistas.

É fato corriqueiro a ruína dos valores da sociedade. Diversos são os casos de corrupção mal apurados ou nem sequer averiguados. As viagens turísticas de Ministros e até do Procurador Geral da República para a ilha de "Caras" de Fernando de Noronha, em meio a uma política de cortes indiscriminados nas diversas áreas que engloba o setor infraestrutura e até o lado social (mesmo frente a elevada deterioração e sucateamento da saúde pública), deixa a todos perplexos e indignados.

Está ocorrendo um aumento na taxa de pobreza no país, com a renda média das pessoas ocupadas em queda há dois anos. E não devemos esquecer a desarticulação e o enfraquecimento dos sindicatos, a desnacionalização da cadeia

industrial exposta a políticas pouco consistentes e raramente duradouras.

No que diz respeito ao endividamento externo, diferente do ocorrido nos anos 60 e 70, quando esse processo financiou a industrialização substitutiva de importações e/ou estimulou as exportações, a atual fase de endividamento veio aumentar consideravelmente a vulnerabilidade da economia brasileira. Desse modo, o resultado dessa nova etapa de dependência de financiamento externo para o desenvolvimento industrial foi tal que o uso abusivo da âncora cambial e dos juros elevados desestimulou os projetos voltados para as exportações, promoveu um encolhimento das cadeias produtivas e aumentou a participação da propriedade estrangeira no estoque de capital doméstico.

Os fatores acima mencionados levaram a um agravamento estrutural do desequilíbrio externo. Uma simulação do balanço de pagamentos elaborada por Prof. Luciano Coutinho (1999) mostra que mesmo um desempenho exportador muito positivo, de 7,5% a.a. nos próximos anos, não será suficiente para reduzir a vulnerabilidade externa. Convém acrescentar que as hipóteses da simulação utilizadas por Coutinho não são pessimistas - os investimentos estrangeiros diretos se mantêm elevados mesmo após o atual ciclo de privatizações e as importações não crescem muito acima do PIB.

Na verdade, essa nova fase de euforia não deve encobrir o fato de atualmente a OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico) colocar o Brasil na posição 6, em uma classificação para os diversos países, de acordo com os problemas de sua economia que vai de 1 a 7.

A lenta resposta das exportações frente a desvalorização cambial é outro fato significati-

vo que traz preocupação adicional no setor externo. As exportações estão estagnadas desde março de 1998 e a obtenção do negociado superávit comercial de US\$ 11 bilhões se revelou meta irrealista. Este objetivo já foi revisto para US\$ 4 bilhões. Acontece que o mercado, apoiado na vagarosa reação das exportações, trabalha com um superávit de até US\$ 3 bilhões. Acrescente-se a esse fato, o aumento das importações, como efeito colateral da possibilidade de "retomada do crescimento" da economia.

A recessão da economia está sendo menor do que os 4% inicialmente previstos. Segundo dados do IBGE a economia cresceu 1,02% no primeiro trimestre, graças a um salto de 17,8% para o valor da produção agrícola, contra 0,9% para serviços e 0,1% para a indústria. Trata-se, pois de um fenômeno passageiro e o setor agrícola não continuará a puxar tanto o PIB.

Acontece, que a venda de automóveis voltou a cair 15% em abril, mesmo diante da redução de impostos. As vendas de "presentes tradicionais" - roupas, calçados, tecidos - na época do Dia das Mães, despencou 20% em comparação ao mesmo período de 1998, enquanto que móveis apresentaram queda de 30%.

O avanço apresentado pela indústria e pelo comércio ficou concentrado nas vendas de telefones celulares.

Todavia, este segmento industrial não tem condição de impulsar toda a economia, até porque de 95% a 100% de seus componentes utilizados são importados. Fato que deve pressionar a favor de maior déficit e/ou redução de possível superávit na balança comercial.

Um outro ponto que é merecedor de uma melhor análise diz respeito ao resultado das contas públicas. Essa conta continua

negativa em R\$ 56,003 bilhões do PIB no primeiro trimestre, ou seja, apresenta nível mais elevado desde a implantação do Plano Real, continuando problema grave e ainda por solucionar. Temos ainda que, o superávit anunciado para o último mês de março está artificialmente inflado pela entrada de receitas extraordinárias de pagamento de impostos atrasados realizados pelos Bancos de R\$ 3 bilhões, mais de R\$ 2,3 bilhões obtidos com concessão de serviços telefônicos, além de R\$ 710 milhões da conta-petróleo retirados da PETROBRAS, que vai diminuir ao longo do ano devido a elevação dos preços internacionais do petróleo.

Desse modo, apesar do quadro presente não apresentar os resultados negativos esperados, não estamos de volta ao "paraíso". A discussão atual sobre a melhora dos fundamentos da economia brasileira e sua solidez, depois que o câmbio foi desvalorizado e passou a flutuar, tenta novamente nos convencer das virtudes do "projeto liberal de modernização do país". Entretanto, como demonstra Coutinho, mesmo se surgir fundamentos para essa nova onda de euforia, a retomada do crescimento não encontrará sustentabilidade a mais longo prazo.

O Brasil necessita reformas (é imperativo neste momento), objetivando o desenvolvimento. Se faz necessário a elaboração e implementação de políticas industrial, agrícola, de comércio exterior e de tecnologia firmes e bem articuladas. E, como salienta ainda Coutinho, há, além disso, o desafio simultâneo de financiar o aumento dos investimentos com mais poupança doméstica. Assim, o momento atual exige uma nova política: a busca do desenvolvimento e não o aprofundamento das "reformas neoliberais" ●

\* Samuel Costa Filho é professor de Economia/UFPI, Mestre em Teoria Econômica/CAEN e Doutorando do Instituto de Economia da UNICAMP

## BRASIL: CORRUPÇÃO, DÉFICIT PÚBLICO E OUTRAS MAZELAS

ALMIR BITTENCOURT DA SILVA \*

O economista e professor Otávio Gouveia de Bulhões costumava afirmar que o Brasil jamais afundaria, como apregoava os que tinham por hábito uma postura pessimista, porque o País era muito maior do que o buraco. Mas esta constatação hoje em dia não parece ser tão convincente assim como no tempo do professor Bulhões. É que diante da inoperância do governo a corrupção está se alastrando, adotando métodos mais sofisticados e abrigando-se à sombra de normas legais ultrapassadas para países que desejam efetivamente ingressar na modernidade. Com isto, cava-se um buraco que um dia poderá ter um tamanho maior que o Brasil.

Dois fatos recentemente noticiados pela imprensa, afora um montão de outros já bem conhecidos do público, têm evidenciado cada vez mais a necessidade de uma urgente e profunda reforma institucional no País. Refiro-me, em primeiro lugar, às investigações realizadas por um diligente procurador da República no Estado do Paraná sobre as famosas contas CC-5, cujos resultados preliminares evidenciam a antiga suspeita de que, por meio da utilização de um instrumento criado pelo Banco Central, a remessa de divisas para o exterior através de "laranjas" esconde na verdade um lucrativo segmento de atividades ilícitas envolvendo o narcotráfico, corrupção e tráfico de armas, além de outras realizadas por cidadãos brasileiros.

Em países capitalistas avançados, essas remessas são cuidadosamente monitoradas por órgão do governo, além de

ser obrigatória a declaração do envio de quantias em montante superior a certo limite. De outro lado, o sigilo bancário não impede a atividade de fiscalização tributária. Infelizmente, este não é o caso de nosso País. Aqui, o sigilo bancário serve como um instrumento útil e legal para acobertar a sonegação fiscal e obtenção de isenções ilegítimas no envio de divisas, acarretando graves distorções na distribuição da carga tributária entre a população. Há uma sobrecarga sobre os assalariados e, principalmente, sobre os mais pobres.

"...O SIGILO BANCÁRIO SERVE COMO UM INSTRUMENTO ÚTIL E LEGAL PARA ACOBERTAR A SONEGAÇÃO FISCAL E OBTENÇÃO DE ISENÇÕES ILEGÍTIMAS NO ENVIO DE DIVISAS..."

O outro fato diz respeito aos desvios de recursos do fundo de valorização do magistério, criado pelo governo federal com o objetivo de melhorar os míseros salários pagos aos professores pela grande maioria dos municípios brasileiros. Em tão pouco tempo de existência, já há em muitos estados comissões encarregadas de averiguar desvios evidentes de recursos do referido fundo por parte das prefeituras. Observa-se, por exemplo, o quanto é comum entre os governos municipais contratarem-se empresas de serviços educacionais para ministrar cursos de qualificação de professores a preços completamente fora da realidade dos custos, evidenciando um

inescrupuloso processo de superfaturamento. Os únicos beneficiados são, enfim, os velhos conhecidos da política brasileira.

É triste perceber-se que não há limites para a corrupção no País e que a impunidade continua a estimular um acintoso assalto ao patrimônio público. Novas e vultosas riquezas são forjadas à sombra dos privilégios e favores governamentais. Enquanto isso, o Brasil está mergulhado numa recessão sem precedentes em sua história. O déficit público, alimentado pela corrupção e pela política de juros patrocinada pelo governo, alcança níveis alarmantes, não obstante o arrocho salarial imposto ao funcionalismo público, o qual foi eleito pelo tucanato como vilão preferencial dos desajustes verificados nas contas públicas. Os fatos narrados mostram mais uma vez de forma inequívoca a vigência de uma política que se caracteriza por uma inconsistência entre o diagnóstico, o discurso empolado e a ação. As reformas institucionais, que deveriam ter sido realizadas logo após a implantação do real, foram preteridas em favor do projeto de reeleição do presidente da República. Os efeitos dessa decisão podem ser sentidos hoje pela população que passa por grandes dificuldades: desemprego, falta de assistência à saúde, educação pública precária, concentração de renda agravando-se, violência social e, pior, uma completa falta de perspectiva quanto ao futuro próximo. O atual governo ausentase até mesmo de atividades que são típicas do Estado a pretexto de modernizar a gestão pública. Enquanto isso, o buraco está sendo escavado...●

\* *Almir Bittencourt da Silva* é professor de economia /UFPI, Mestre em Teoria Económica/CAEN

## A ECONOMIA E A GUERRA

CARLOS MIRANDA NOVACK \*

O nazismo, a versão alemã da ideologia fascista, fundamentava-se economicamente no desenvolvimento de um intenso programa de reativação da produção daquele país (arrasado pela 1ª Guerra Mundial), via indústria armamentista. Como o aumento contínuo da produção deste setor era necessário para garantir o pleno emprego na economia alemã, fazia-se mister que estas armas fossem destruídas, e, conseqüentemente substituídas por novos armamentos, assegurando desta forma, a demanda da produção bélica.

Os Estados Unidos da América do pós-guerra adotaram este modelo nazista de implemento à indústria bélica através de guerras. O advento da "Guerra Fria" justificava os recursos empregados em novas pesquisas tecnológicas deste setor, bem como a absorção da sua produção pelo setor governamental. No entanto, esta parceria entre o governo norte-americano e sua indústria armamentista não parou por aí.

As guerras da Coreia e do Vietnã impulsionaram os lucros desta indústria, porém com a forte oposição popular interna, que não admitia ver seus compatriotas morrendo numa guerra distante e sem sentido, o governo norte-americano mudou a estratégia e incrementou seu apoio às revoluções (e contra-revoluções) e às guerras nos países do terceiro mundo.

Com o fim da "Guerra Fria" e a subsequente perda do seu mercado cativo, o governo, a indústria bélica norte-americana buscava soluções para suplantear a crise que a abatia, pois a opinião pública norte-americana não apoiava mais os gastos militares, já que o "inimigo", o comunismo, fora vencido.

Com o início da Guerra do Golfo, em 1990, a parceria indústria bélica - governo norte-americano é novamente fortalecida, pois eles voltaram a ter um inimigo a quem combater, no caso, Saddam Hussein, antigo aliado americano na guerra contra o Irã e cliente da indústria armamentista dos EUA. A partir daí, a sociedade norte-americana aceita passivamente que parte de seus tributos sejam destinados para reequipar o aparelho militar do Estado.

Bill Clinton, no seu primeiro mandato como presidente dos EUA, defendeu a redução dos gastos militares no orçamento norte-americano, entretanto, o lobby da indústria bélica norte-americana é assaz poderoso, e após sua reeleição em 1996, o chefe do executivo daquele país reviu sua posição e ampliou a parceria do orçamento destinada aos gastos militares.

Três dias antes da votação do processo de impeachment de Bill Clinton pela Câmara dos Representantes, o presidente norte-americano ordenou a operação Raposa do Deserto, onde juntamente com a Inglaterra bombardeou o Iraque apesar dos protestos da comunidade internacional e da própria ONU, que não fora consultada.

Todavia, o mandatário do Executivo norte-americano visava com aquela operação militar, obter dividendos políticos, pois o apoio da população inviabilizaria o seu impeachment, além de gerar lucros para a indústria bélica norte-americana (sua aliada política), já que foram utilizados mais mísseis e bombas naquela operação do que em toda Guerra do Golfo. É importante ressaltar que no ataque ao Iraque, em 1990, vários

países, e, no ataque mais recente ao Iraque, favoreceu-se apenas as indústrias bélicas norte-americana e inglesa.

A escalada da violência continua na agressão ao Sudão e Afeganistão, na permanência dos bombardeios na zona de exclusão aérea iraquiana, e culmina com a "nova guerra" na Iugoslávia quando "Forças de Paz" da OTAN capitaneados pelos EUA levam a guerra a um país soberano, supostamente para defender os albaneses de Kosovo, ou seja, causam o sofrimento a toda a população do país, arvorando-se como defensor de uma fatia desta população. Dizem eles que a guerra trará a paz, embora o antônimo da guerra, seja paz.

Mais uma vez os EUA esvaziam a ONU desacreditando-a como palco de solução dos problemas mundiais, contrariando grande parte da comunidade internacional que defende as soluções pacíficas e diplomáticas, as quais não correspondem aos interesses do capital bélico, que parece mais ser sócio do governo norte-americano. Alguns números da operação da OTAN na Iugoslávia corroboram esta parceria. Dos 400 aviões que participaram das manobras nos Balcãs, 260 eram americanos, sendo que 20 deles, B-2. Eles carregam 16 mísseis cada e são invisíveis à maioria dos radares. O custo de cada avião B-2 é de US\$ 2,1 bilhões, logo a frota destes aviões equivale aproximadamente ao empréstimo que o FMI destinou ao Brasil para "salvar" nossa economia na crise mais recente. Cada míssil que foi utilizado nos combates àquele país, custa US\$ 1 milhão cada.

Por conseguinte, percebe-se que a guerra é um excelente negócio para a economia norte-americana, sobretudo sua indústria bélica: Pergunta-se então, qual será o próximo país que os EUA atacarão? Obviamente algum país que não concorde com o modelo econômico neo-liberal imposto pelos norte-americanos aos

países em desenvolvimento, isto é, países que adotam a ideologia nacionalista, assim como Iraque e Iugoslávia, e, portanto, fecham seus mercados para as empresas norte-americanas. Ademais, é conveniente afirmar que não se anseia defender ditadores sanguinários como Saddam Hussein e Slobodan Milosevic, mas, a população inocente destes países. Afinal, os próprios agressores reconhecem que visavam atingir a administração desses ditadores, e, embora seja muito mais crível e barato alcançar este objetivo por meios pacíficos, através da criação e fortalecimento de uma oposição interna a estes tiranos, eles insistiram no ataque aéreo motivados pela maximização dos lucros da indústria bélica.

**"É TRISTE  
VERIFICAR QUE APÓS  
85 ANOS EM QUE A  
HUMANIDADE  
OBTVEU UM  
PROGRESSO  
INTELLECTUAL  
EXTRAORDINÁRIO,  
ENCONTRA-SE TÃO  
AQUÉM NA SUA  
EVOLUÇÃO MORAL."**

Vale ressaltar que a 2ª Guerra Mundial foi a resposta obtida pelo modelo econômico nazista de privilegiar o setor bélico. Da mesma forma, ao incrementar o seu setor de armamentos continuamente, o presidente norte-americano pode chegar ao ponto de não poder mais retroceder, seja pela força política deste setor naquele país, ou mesmo, pelos inimigos internacionais conquistados ao longo do processo armamentista, tais como países, grupos religiosos e étnicos. O perigo de uma 3ª Guerra Mundial recrudescer cada vez mais, e deve-se em grande parte a obsessão pela riqueza, sustentada e respaldada pelo sistema capitalista de produção.

É importante recordar que a 1ª Guerra Mundial teve início após as guerras balcânicas e de uma corrida armamentista. Um mês após o assassinato do arquiduque herdeiro da Austria-Hungria por um estudante sérvio, a Austria-Hungria declarou guerra à Sérvia em 28 de Julho de 1914 deflagrando assim o primeiro conflito de proporções mundiais, devido ao sistema de alianças que propunha que, guerra a um país aliado é guerra aos aliados. Uma aliança era formada pela Alemanha, Austria-Hungria e Turquia, enquanto a outra era formada por Sérvia e Montenegro (hoje Iugoslávia), França, Grã-Bretanha e Rússia, dentre outros. No conflito atual predominou a França, Inglaterra, EUA e Alemanha (que teve participação ativa nas duas grandes guerras, e há 54 anos não atacava outro país) pela Aliança militar conhecida como OTAN. Em contrapartida, a Iugoslávia tem o apoio da Rússia, da China, da Índia e da Bielorrússia.

É triste verificar que após 85 anos em que a humanidade obteve um progresso intelectual extraordinário, encontra-se tão aquém na sua evolução moral. O verdadeiro motivo que levou os países para as duas grandes guerras, a luta por mercados para a venda de seus produtos, ou ainda, a ambição pelo poder, ou melhor dizendo, numa análise mais geral, o egoísmo, continua sendo um sentimento arraigado no ser humano.

Faz-se útil e oportuno o clamor da população contra esta escalada de violência provocada por este insano governo norte-americano que imagina-se o xerife do mundo e pensa que o planeta Terra é o velho oeste americano, onde ele deve atuar, assassinando quem não comungar com seus ideais nem admitir suas imposições, como já o fizera com os índios que anteriormente habitavam aquelas terras. ●

\* Carlos Miranda Novack é aluno do Curso de Economia /UFPI

# CONSIDERAÇÕES SOBRE A FORMULAÇÃO DE UM PROJETO DE DESENVOLVIMENTO PARA O PIAUÍ

WILLIAM JORGE BANDEIRA\*

## 1. Discussão sobre o Conceito de Projeto de Desenvolvimento

Pretende-se neste artigo tecer algumas considerações sobre a formulação de Um Projeto de Desenvolvimento para o Piauí. Em geral esse tema é discutido sem que sejam devidamente colocadas as premissas sobre o que se entende por projeto de desenvolvimento, ou ainda, sobre os fundamentos de desenvolvimento induzido em oposição ao conceito de desenvolvimento espontâneo.

Um projeto de desenvolvimento sempre se refere a um projeto de uma classe ou segmento social, o qual visa alcançar objetivos de longo prazo, quanto a valorização patrimonial (atividade econômica) e/ou ocupar espaços políticos através da captura do Estado, visando à consecução daqueles objetivos. Esse projeto ainda pode ser resultado de alianças políticas entre duas ou mais classes ou segmentos sociais, mesmo que no longo prazo os seus interesses sejam antagônicos, nesse último caso, o projeto representa uma estratégia de mudanças mais radicais com o intuito de deslocar do poder um antagonista comum para formar uma sociedade qualitativamente diferente.

Portanto, em uma sociedade convivem projetos antagônicos, decorrentes de concepções de mundo e de interesses econômicos diferenciados das várias classes e segmentos sociais presentes. O projeto "hegemônico", ou dominante, tem a primazia das políticas estatais e é responsável pela dinâmica da economia quanto à direção dos gastos e investimento públicos, os quais são coerentes com os objetivos das classes e segmentos sociais "hegemônicos". No entanto, não se pode descartar contradições e conflitos em relação à prática das políticas públicas, pois o Estado, pela necessidade de legitimação, não pode ignorar reivindicações das classes que

estão fora da aliança do poder, além do poder crescente de classes (ou segmentos de classes) emergentes que podem ser responsáveis por ações importantes, nas quais o próprio Estado tem interesse.

Numa sociedade ainda dominada por interesses agrários, de corte "pré-capitalista", como o Piauí, o Estado pode considerar com simpatia investimentos industriais e comerciais de grande porte, ainda que tais investimentos possam provocar, no futuro e pela continuidade, mudanças qualitativas importantes na correlação de forças políticas e econômicas.

Porém, ainda que esses investimentos possam provocar, no médio e longo prazo, mudanças significativas na estrutura econômica, não se pode inferir que essas novas forças possam formular seu próprio projeto, o que significa um rompimento com as forças dominantes. É possível, e quase sempre acontece, que as classes emergentes (principalmente a classe dos empresários) prefiram firmar alianças com as classes "hegemônicas", negociando mudanças leves na estrutura do poder e formas novas de relacionamento com a sociedade, sobretudo no âmbito político (a mudança da política coronelista pela clientelista, pode ser citada como exemplo).

Como nessas sociedades, o espaço para o desenvolvimento industrial é pequeno, principalmente pela limitação do mercado consumidor, as empresas que se instalam ou visam o mercado externo ou aproveitam nichos de mercados compostos por segmentos de baixa renda, que recebem salários prioritariamente de empregos públicos e/ou de assalariados nos vários tipos de empresas existentes, ou ainda, nos setores

autônomos de baixa qualificação.

No campo, as mudanças nas unidades produtivas latifundiárias são sutis. O patrimônio agrário continua sendo valorizado através de investimentos públicos de infra-estrutura (energia, estradas, telecomunicações, barragens, equipamentos sociais, etc.) distribuídos de acordo com a força política dos vários segmentos do setor e dos interesses dos políticos em manter sua "clientela" satisfeita, visando as próximas eleições. As grandes propriedades, em sua maioria, abandonam o sistema de "coerção" econômica pela relação direta da propriedade pelo sistema de fornecimento de áreas para arrendamento (ou parceria) e assalariamento temporário dos produtores de subsistência (e reideiros) para cuidar de seus animais e plantações, sem que seja introduzido técnicas modernas e difundidas (para valer) as relações de assalariamento, pode-se falar, assim, numa certa "modernização do antigo latifúndio".

Essas considerações (hipotéticas porque não é fruto, ainda, de pesquisas mais profundas) permitem inferir que a situação atual do Piauí é a da vigência de um projeto "híbrido", com um discurso confuso de "rompimento com a oligarquia", mas sem definir claramente objetivos e ações planejadas mais consistentes. Essa aparente contradição pode refletir a perda de substância do "projeto oligárquico", mas sem se definir ainda um novo projeto tendo a frente a classe empresarial. Teresina é o "lôcus" privilegiado onde se pode observar indícios mais nítidos de "um novo projeto" de caráter mais "burguês", isto porque são em Teresina onde se instalam, preferencialmente, as principais empresas do Estado, além de ser sede da administração central, sendo, ainda, responsável por mais de 50% do PIB estadual.

# AÇÃO DE UM PROJETO DE ARA O PIAUÍ

## 2. O limiar de um novo projeto para o Piauí?

Marx afirmou, certa vez, que “a sociedade não coloca um problema sem que se tenham criado as bases para a sua solução”. No Piauí, o projeto “oligárquico” vem perdendo substância à medida que se intensifica o fluxo migratório e aumentam os investimentos empresariais. Com isso, as áreas urbanas ganham em importância e a classe empresarial se fortalece, pressionando o poder público quanto a realização de ações planejadas que contemplem seus objetivos ligados ao cálculo econômico capitalista.

A taxa de urbanização cresce de modo acelerado. Em 1997, essa taxa era de 58,6%, em projeção até o ano 2020, chega-se a um índice superior a 78%. Os investimentos públicos agrários, geralmente apropriados pelas elites rurais, caíram muito na década dos anos 90. Em contrapartida, crescem no campo, investimentos empresariais privados (agroindústrias, fruticultura, grãos, etc), os quais levam a mudanças importantes nas relações de produção, rumo a intensificação das relações capitalistas.

A indústria vem crescendo a taxas médias em torno de 7,7% desde o início dos anos 70, ganhando participação no PIB estadual. Teresina foi o principal foco de crescimento industrial no período. Continua recebendo importantes investimentos, sobretudo nas áreas de confecções, cerâmica e agroindústrias.

São bastante promissoras as perspectivas de grandes investimentos empresariais nas áreas do agronegócio (em todo o Estado), têxtil/confecções e cerâmica (prioritariamente em Teresina), indústria alimentar, metalurgia, movelaria e outros.

Portanto, as bases (econômicas e políticas) de sustentação das forças tradicionais agrárias vêm se deterio-

## TAXAS DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICAS DOS SETORES ECONÔMICOS NO PIAUÍ

Discriminação	1970/80	1980/90	1990/95	1970/95
Agricultura	5,7	5,6	-1,3	4,3
Indústria	9,7	8,4	2,5	7,7
Serviços	11,5	6,5	1,2	7,4

Fonte: Dados Básicos da SUDENE

rando rapidamente, a agricultura, na primeira metade dos anos 90, obteve crescimento negativo. Por outro lado, os interesses empresariais se fortalecem de modo intenso, seja no campo, seja nas cidades, embora de modo desigual ao longo do território estadual.

Porém, se as condições objetivas de um “projeto moderno” estejam amadurecendo, não significa que a conscientização da classe empresarial esteja suficientemente amadurecida para formar um bloco político/econômico coeso para elaborar um “discurso coerente, consistente e abrangente”, que possa ser a base ideológica de sustentação de um novo projeto para o Estado, tendo à frente o segmento industrial e agroindustrial e seus e aliados das áreas dos serviços e do comércio.

Nesta área, as dúvidas são grandes. Os interesses agrários tradicionais ainda são bastante bem representados nas instâncias do executivo e do legislativo. Ainda carece de nitidez a força política dos grupos empresariais emergentes, seja na representação política direta, seja ao nível de influência nas decisões nas várias instâncias dos poderes constituídos. No nível partidário, ainda não se vislumbra claramente um partido representante dos interesses empresariais, além disso, as alianças entre partidos, salvo outros juízos, ainda são instáveis e confusas, quando não apenas pontuais e cíclicas (ou conjunturais).

No entanto, estão surgindo lideranças empresariais jovens, militantes nas entidades de classe e engajando-se

em funções políticas ao nível de partidos e no executivo, e conscientes da necessidade de um projeto alternativo consistente que possibilite o desenvolvimento econômico e social do Estado. Esses são indícios importantes de que estas lideranças começam a exercer influência marcante nas decisões políticas, implicando em ações planejadas visando ampliar os investimentos empresariais e conseqüentemente, criar condições efetivas de mudanças na configuração da economia estadual.

## 3. Bases Econômicas de Um Projeto Alternativo

Supondo-se que as condições objetivas e subjetivas de um novo projeto de desenvolvimento para o Estado do Piauí estejam em fase de amadurecimento, neste tópico toma-se a liberdade de alinhar alguns elementos que se considera relevantes do ponto de vista econômico para serem objeto de ações planejadas, tendo como horizonte o longo prazo e objetivando o desenvolvimento econômico e social do Estado.

Fala-se em ações planejadas em oposição ao desenvolvimento espontâneo, sem nenhuma conotação à discussão liberalismo versus intervencionismo. O planejamento é necessário em qualquer instância e representa um instrumento político, pois não deixa de ser um instrumento a serviço de interesses que enfrentam oposições, por isso ele

não é neutro, nem tampouco revolucionário, com isso, descarta-se a noção de planejamento sob a ótica da simples técnica de alocação ótima de fatores de produção.

Portanto, o planejamento, na ótica adotada aqui, representa um instrumento que vai direcionar toda a ação governamental no sentido de possibilitar o cálculo capitalista, que venha facilitar e incentivar os investimentos empresariais competitivos. É neste ponto que o planejamento exerce sua função política, pois as ações governamentais devem obedecer rigorosamente a lógica do capital, descartando interesses meramente cartoriais ou clientelistas. É por isso que o **planejamento do desenvolvimento** só é viável quando se tem um projeto burguês claramente definido e que tenha "capturado" o próprio Estado, em todas as suas instâncias.

Sem estas condições estarem presentes, as sugestões alinhavadas a seguir terão utilidade meramente acadêmica.

Para evitar divagações mais longas, procura-se colocar de forma pontual as ações mais cruciais e centrais para um projeto de desenvolvimento para o Estado do Piauí.

O desenvolvimento do Piauí deve ser centrado na utilização racional de seus recursos básicos mais fundamentais, os quais estão representados pelo grande potencial irrigável em quase todas as suas regiões (cerca de 900.000 ha), nas áreas de cerrados propícias para a produção de grãos (inclusive soja), em suas bacias hidrográficas (e barragens) para produção agrícola e pecuária. Esse potencial de produção agropecuário deve ser trabalhado para propiciar, principalmente, matérias-primas para a formação de grandes pólos agroindustriais em regiões estratégicas do Estado, sobretudo às polarizadas por Teresina, Parnaíba, Picos, Floriano, Corrente/Bom Jesus, Uruçui/Santa Filomena.

Os grandes objetivos a serem alcançados podem ser os seguintes:

(1) reversão dos fatores responsáveis pela concentração da renda e da riqueza;

(2) eliminar gradualmente a pobreza absoluta concentrada principalmente nas periferias (favelas) dos centros

urbanos e na economia de subsistência das áreas rurais e urbanas;

(3) formação gradual de um mercado de massas ou inserir no mercado as pessoas marginalizadas.

O alcance desses objetivos implica esforços intensos na taxa de crescimento do PIB estadual, integrando a dimensão econômica com a social, em que a dimensão social significa geração de novos empregos, melhorias salariais, redistribuição de renda, apoio às pequenas e médias empresas, investimentos maciços em educação, saúde e saneamento básico.

Os programas prioritários seriam os listados a abaixo:

#### Programa de Irrigação

Esse programa visaria o aproveitamento dos rios, lagoas, barragens, águas subterrâneas, com distribuição equilibrada entre a irrigação pública e a privada, além da necessidade de definir modelos de produção e de gestão adequados e eficientes, sobretudo quanto a inserção dos pequenos produtores. Os projetos específicos poderiam contemplar o uso e racionalização da água, aproveitamento das várzeas irrigáveis, aproveitamento das barragens existentes. Além dos projetos públicos integrados de dotação de infra-estrutura econômica, crédito, assistência técnica, treinamento necessário, energia, comunicações, informações de mercado, armazenamento, experimentação agrônômica, dentre outros;

#### Programa de Agroindústria

Deverá ser articulado com o programa de irrigação e, ainda, abranger a região dos cerrados, sobretudo o sudoeste do Estado. Na verdade esse programa deverá fazer parte de uma política industrial global, mas seu maior mérito será ligar a agricultura à indústria, proporcionando a criação de empregos agrícolas e urbanos, bem como um mercado seguro para os produtos agro-pecuários. Por outro lado, esse programa propiciará a interiorização da industrialização, tendo como consequência uma melhor distribuição do

fluxo migratório, dando uma configuração bem mais equilibrada ao quadro urbano estadual. Esse programa deverá ser abrangente, no sentido de que deve ser distribuído em vários pólos localizados nas regiões de Parnaíba, Teresina, Picos, Floriano, Cerrados/Gurguéia, principalmente;

#### Estratégias Industriais Básicas

Deverá apresentar três vertentes:

(1) incentivar setores industriais ligados a base de recursos naturais locais e que possam ser fortalecidos através de ligações mais efetivas com o setor rural e com melhorias tecnológicas, gerenciais e financeiras. Citam-se os seguintes ramos como alimentar, (óleos vegetais, massas, processamento de castanha de caju, confeitaria e panificação, pescado, beneficiamento de cereais, etc), indústria têxtil/confeções, indústria de calçados, couros e peles, dentre outras. A idéia básica é trabalhar com o conceito de **cadeias produtivas**, isto é, trabalhar cada setor procurando identificar elos da cadeia, articulando-os e/ou procurando o preenchimento de "vácuos", articulando a integração, também, entre empresas de portes diferenciados.

(2) A segunda vertente diz respeito a promover a **formação de novas indústrias** associadas aos pólos agroindustriais, tais indústrias podem estar associadas à produção de milho é soja, couros e peles e calçados, produção animal (refrigeração e beneficiamento de carnes), industrialização de frutas, etc.

(3) A terceira vertente da estratégia seria **incentivar as empresas de pequeno porte**;

#### Programa Social.

A política social deveria apresentar três grandes projetos:

(1) Projeto de combate a pobreza e à miséria;

(2) Projeto de geração de emprego e renda;

(3) Projeto de formação de mão-de-obra. Todos de dimensão estadual e articulados às políticas anteriores;

# E O AJUSTE ?

São basicamente duas as mais importantes:

(1) Política de conservação e uso racional dos recursos naturais e proteção ambiental;

(2) Política de desenvolvimento integrado e equilibrado do espaço estadual.

Todas as políticas sugeridas devem ser tratadas ao mesmo nível de prioridade e rigorosamente articuladas entre si. A forma de tratamento deverá priorizar estudos de viabilidade econômica para um conjunto de projetos em cada área prioritária, estabelecendo cronogramas de execução, orçamentos monetários, fontes de recursos e formas de negociação.

Um pré-requisito importante para o desenvolvimento do Plano proposto é a Reforma do Estado. Essa reforma deve abranger uma redefinição patrimonial e administrativa no sentido de alcançar dois objetivos básicos:

(1) gerar saldos financeiros para viabilizar os projetos a serem negociados, em que os órgãos financiadores exigem contrapartida do Estado;

(2) viabilizar uma equipe técnica competente e motivada para trabalhar na elaboração, execução e avaliação dos projetos, além da modernização da máquina administrativa para melhor gerir os projetos.

## 4. Conclusão

As idéias colocadas representam apenas uma pequena contribuição ao debate sobre a formulação de um projeto de desenvolvimento para o Piauí, no próximo milênio, tema que a Universidade Federal está propondo para discussão durante o presente ano.

Não se tem a pretensão de achar que as referidas idéias sejam as únicas válidas e verdadeiras sobre a realidade estadual, mas, objetiva-se fomentar uma discussão ampla e abrangente sobre um tema de alta relevância para o futuro do Estado do Piauí ●

\* *Wiliam Jorge Bandeira* é Doutor em Economia pela Unicamp e professor de Economia/UFPI

STÉFANO ALMEIDA LOPES\*

No dia 30-06-94, o Brasil dava um novo passo importante na sua história. Nesta data foi concebido o Plano Real através da Medida Provisória nº 542, de 30-06-94, Dou de 30-06-94, que "*Dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional e os critérios para a conversão das obrigações para o Real, e dá outras providências.*" E que foi reeditado com a Medida Provisória nº 785, de 30-06-94, Dou de 23-12-94.

O Plano Real trouxe uma série de implicações para a economia brasileira. Passamos por fases de estabilidade econômica, inflação zero, equidade da nossa moeda com o dólar, euforia de um novo Brasil e agora... Estamos de volta com a inflação e o desemprego atormenta nossa economia.

O fator apontado pelos economistas e autoridades na área econômica, para a atual situação que o Brasil vem passando, a despeito do sucesso que vinha tendo o Plano Real, é o ajuste fiscal. É unânime a afirmação de que a falta de um ajuste fiscal foi a causa da bancarrota da economia nacional e os especialistas dizem que, quanto antes seja aplicado um ajuste sério no país, tanto mais rápido será a recuperação da situação pela qual o Brasil passa hoje.

O Brasil progrediu muito desde a criação do Plano Real. Segundo a revista inglesa *The Economist*, "No início de 1994, para os estrangeiros o Brasil era uma piada. Hoje, quaisquer que sejam suas falhas ou problemas, o maior país da região é tratado com o respeito que merece". Porém para continuar a ser respeitado a nível mundial os políticos que estão a frente das decisões,

no Brasil possuem uma missão vital e urgente para a nação: equilibrar as contas públicas.

A questão do equilíbrio das contas públicas é um problema que já existe há décadas e até hoje vem sendo adiado. Com a implantação do Plano Real o governo continuou vivendo além de suas possibilidades, financiando os desequilíbrios internos com os recursos vindo do exterior, até que a fonte secou. De acordo com o economista Eduardo Gianetti, "Em vez de enfrentarmos nossos problemas, preferimos ganhar tempo absorvendo a poupança externa para dar sobrevida a um arranjo que, todos nós sabíamos, não iria durar para sempre. Foi uma poupança imprudente, que serviu para financiar o déficit do governo. Desperdiçamos a oportunidade que o resto do mundo estava nos dando para investir na produção e crescer."

O Governo implantou um pacote com 51 medidas para cortar gastos e aumentar receitas, mas foi um pacote sem sucesso. Todos querem a estabilidade, no entanto, o governo fica adiando as medidas que necessitam serem tomadas. Ninguém gosta de recessão. Mas, se esse for o preço a pagar por um saneamento verdadeiro das contas, o país terá, mais à frente, todas as condições de retomar o crescimento em bases sólidas. A conta será tanto mais alta quanto mais tempo demorar para que o ajuste seja feito.

Segundo os principais especialistas da área econômica o problema vital para o Brasil é a questão do ajuste fiscal. Cabe a nossa equipe econômica e

governantes, principalmente o Presidente da República, realizar um ajuste fiscal sério para que as contas do governo se equilibrem.

Desta maneira será reduzida a dependência do país com relação a poupança externa, ao mesmo tempo que, o governo deixará de sufocar a iniciativa privada, utilizando parte de sua poupança. O que reduzirá a taxa de juros e promoverá um aumento dos investimentos levantando a economia como um todo.

Ressalta-se também que o ajuste fiscal deverá olhar para onde deverá ser destinado as prioridades governamentais. É de fundamental importância, para o crescimento do Brasil a longo prazo, que setores como a saúde e a educação sejam priorizados.

A atual equipe econômica, liderada pelo presidente do Banco Central, Arminio Fraga, possui um currículo de respeito. Só espera-se que os conhecimentos e habilidades sejam usados para recuperar o crescimento da economia nacional, pois segundo a maioria dos especialistas da área econômica, este é o último cartucho do Brasil, por isso o "tiro" tem que ser certo.

A situação do Brasil hoje já apresenta alguns sinais de recuperação, como por exemplo, a queda da cotação do dólar e a paulatina recuperação da confiança a nível mundial. O Brasil está passando, mais uma vez, por uma situação difícil, mas a luz no fim do túnel está aparecendo. Resta torcer para que dessa vez, finalmente, o Brasil consiga acertar os passos para a caminhada do crescimento a longo prazo ●

STEEANO ALMEIDA LOPES é aluno do Curso de Economia/UFPI

## O Aprendizado como Base na Criação de Valor para o Cliente

TIAGO CARDOSO ROSA \*

As empresas voltadas para os clientes para alcançarem vantagem competitiva nessa nova Era de Conscientização do Consumidor deve, urgentemente, mudar de estratégia. Como explica Berry (1999, p.59), "a competição com base no preço é uma daquelas velhas estratégias que alguns varejistas ainda cultivam e que apontam para o caminho da decadência". Os varejistas estavam certos que para conquistar a clientela se baseavam em oferecer mais opções, maior conveniência, mais qualidade e especialmente preços mais baixos. Daqui para frente os varejistas, continua explicando Berry, deverão se adequar ao modelo de criação de valor para seus clientes, "o que implica maximizar benefícios valiosos minimizando os custos e adotar algum diferencial em relação aos concorrentes, diferencial esse que esteja em mutação para não ser imitado". Só assim eles conseguirão conquistar a preferência e lealdade dos consumidores.

A criação de benefícios que agregam valor à satisfação do cliente, não se traduz simplesmente em preços mais baixo e, sim a todas as recompensas que ele recebe em troca do esforço representado pelo ato da compra. Na opinião de Berry (1999, p.59), "entre esses benefícios estão a qualidade da mercadoria, atenção dos funcionários, ambiente e a comodidade". Estes atributos que compõem o valor é determinante para encantar o cliente no processo de

realização de compra, como forma de entretenimento.

A outra questão importante que deve ser considerada para análise de cenário, são os custos monetários e os não monetários. Os primeiros representam o preço intrínseco dos produtos, os não monetários, aqueles que desencantam e afugentam o cliente, são representados pelos funcionários que não sabem explicar as características dos produtos, ação dos caixas demorada, falta de estacionamento e disposição pouco eficiente ou atraente das mercadorias. Os custos não monetários desagrada valor à satisfação do consumidor, fazendo este a buscar na concorrência algo que satisfaça seus desejos. As empresas que não eliminarem esses custos não monetários estarão no futuro amargando uma soma de derrotas.

As empresas que insistirem com essas atitudes – não eliminarem os custos não monetários, deixam bem claro, que não estão aprendendo com as informações dos clientes, portanto não conseguirão desenvolver um aprendizado que possa construir uma nova concepção de atendimento ao consumidor que agregue valor a sua satisfação. Tom Peter citado Rapfel (1999), dá um exemplo de empresa que não se preocupa com um bom atendimento ao cliente e nem tão pouco quer aprender com ele. Conta o Prof. Peter que foi inaugurado um restaurante perto de sua residência.

Ele e família foram e gostaram. Como o cliente se sente bem quando é bem tratado, Peter voltou em outra oportunidade com alguns amigos. Durante a refeição foi percebido que um dos pratos não estava muito bom. Esta informação foi levada ao gerente/dono no que ele retrucou: "pelos menos já sabem o que não pedir da próxima vez". Neste caso, nunca acontecerá uma próxima vez. Esse comportamento gerencial demonstrou que não havia nenhuma preocupação de aprender com a informação do cliente.

O aprendizado que ocorre na relação empresa-cliente é o fator determinante para se montar um modelo de benefícios - criação de valor, e este é o atributo chave para se construir a lealdade do cliente. Somente as empresas que conseguem agregar valor a satisfação do cliente, num processo de aprendizado contínuo, se manterá posicionada na mente de sua clientela. Nesta perspectiva, comenta Reggio citado por Berry (1999, p.74), "é difícil copiar varejistas como nós porque somos conceito em constante movimento". Esta atitude é o que Berry define como diferencial. As empresas que caminharem nestas características jamais serão imitadas pela concorrência, pois estarão aprendendo o tempo todo com a orientação dos consumidores o que lhes garante ter presença em seus desejos e expectativas.

As empresas que aprendem e transformam este aprendizado em processo de criação de valor para o cliente, na opinião de Berry (1999, p. 60-64), precisa oferecer um conjunto de benefícios que podem se agrupados em quatro categorias:

#### **1. Variedade de mercadorias de primeira linha**

O nascimento das 'category killers': que se caracterizam por ter em estoque todas as merca-

dorias disponíveis no mercado na categoria em que atuam. Estas categorias provocaram fortes mudanças nas empresas do ramo varejista. A possibilidade do cliente comprar tudo que ele quer em um único lugar, isto se traduz em agregação de valor à sua satisfação.

Esta atitude das empresas em reunir todos os bens e serviços de uma só categoria tem um forte impacto sobre a concorrência. As novas alternativas criadas pelas 'category killers' aumentaram em muito as expectativas dos consumidores ao realizarem compras como um ato de entretenimento. A criação de valor provocada pelas empresas que adotaram estas categorias, mostra o quanto seu quadro gerencial e assim como todos da organização estão, ao tempo todo aprendendo com as informações fornecidas pela clientela. Empresa que ouvem seus consumidores e transformam estas informações em aprendizado conseguem entrar nas expectativas potenciais de seus clientes. Essa conduta, por parte da organização, agrega valor não só do ponto de vista da compra e sim por ter realizado a compra em um ambiente de muita sinergia.

Berry (1999), explica que quando o varejista estiver oferecendo também os bens e serviços que complementam a linha principal, terá, assim criado um solução total para o cliente. Como por exemplo, explica o autor que a Home Deport vende materiais para construir um terraço, o 'know-how' necessário para enfrentar a obra, as plantas e os fertilizantes para transformar parte dele em um belo jardim.

#### **2. Preço justo**

A formação do preço deve contribuir para conquistar de forma constante a lealdade do cliente. Por exemplo, produtos que foram vendidos a um determinado preço de etiqueta e

de repente a loja faz uma promoção a um preço perto de seu 'mark-up', os consumidores se sentirão lesados modificando sua lealdade com relação a esta loja. Atualmente, a estratégia de formação de preço - como a citada acima, pode até contribuir para o cliente buscar outro concorrente. Mas se esta estratégia estiver combinada com outros benefícios que agregue valor ao cliente, provavelmente, essa atitude levará a empresa a tornar o consumidor mais leal no ato de compra.

**"O CLIENTE É UM  
SER FORMADOR  
DE OPINIÃO.  
OS VAREJISTAS QUE  
NÃO ACREDITARAM  
OU NÃO  
ACREDITAM,  
TIVERAM OS  
PRIMEIROS, GRANDES  
DERROTAS E, OS  
SEGUNDOS  
- OS QUE AINDA NÃO  
ACREDITAM, ESTÃO  
RUMANDO PARA O  
ABISMO".**

Este comportamento empresarial - refere-se a todos que compõem a empresa, demonstra que o aprendizado que ocorre nessa relação tem importância primeira na criação de valor para a clientela. O consumidor, nesta Era de Conscientização, busca no ato de compra não só sair 'ganhando' e sim ter realizado um ato de entretenimento.

#### **3. Respeito pelo cliente e por seu tempo**

Muitas lojas, com suas instalações de última geração estão perdendo clientes, isto porque não estão respeitando o consumidor nem tão pouco o seu precioso tempo. Entre as quei-

xas mais comuns com relação a essas duas atitudes de desagrado como narra Berry (1999, p.63), identifica-se um "atendimento do tipo 'piloto automático', um resultado indesejável dos treinamentos estereotipados, que inclui sorriso fixo, diálogo sem intercâmbio verdadeiro e movimento robotizado". Isto demonstra uma falta de envolvimento do pessoal da linha de frente com os clientes. Este comportamento da linha de frente consegue desagregar valor ao consumidor e encaminhá-lo a buscar em outro concorrente o que não foi encontrado nesse. Um exemplo característico dessa situação é o pessoal da linha de frente em aviões e supermercados: eles dão bom dia, boa tarde ou boa noite e agradecem de forma tão fria que nos leva a crer que é um comportamento pressionado por 'chibata'. Cumprimentam as pessoas sem olhá-las. Isto é uma atitude de desrespeito ao consumidor. Dificilmente essa empresa, se não mudar essa conduta, conseguirá ter presença no mercado por muito tempo, principalmente nessa Era denominada de Conscientização do Consumidor.

Nesse cenário, o funcionário está pouco ligando ou se preocupando em dar respostas claras aos clientes, provocando uma série de mal estar. Os consumidores que passaram por esse vexame dificilmente retornam ou recomendam esse estabelecimento. O cliente é um ser formador de opinião. Os varejistas que não acreditaram ou não acreditam, tiveram os primeiros, grandes derrotas e, os segundos – os que ainda não acreditam, estão rumando para o abismo.

Os varejistas que têm respeito pelos clientes e têm visão de futuro serão as empresas que terão espaço no mercado de futuro. Muitas organizações para assegurarem a lealdade dos clientes estão tratan-

do-os como convidados, atendendo no estilo sala de visita com direito a entretenimento. Isto acontece em virtude da capacidade dos funcionários/gerentes entenderem o verdadeiro conceito de aprendizado compartilhado a partir dos desejos e vontades dos consumidores. O aprendizado que não segue uma doutrina – no caso da empresa varejista, de oferecer um bom atendimento ao cliente, não alcançarão presença na lembrança dos consumidores. Por isso, o aprendizado só traz resultado positivo quando está vinculado com a missão e visão da empresa. Caso contrário, ele será o combustível de derrota para as organizações qualquer que seja o seu ramo.

#### 4. Diversão

Depois de realizado suas necessidades de compras, os consumidores esperam receber também um pouco de diversão em troca dos gastos efetuados em suas compras.

**"ATUALMENTE  
OS VAREJISTAS  
BEM SUCEDIDOS  
SÃO OBRIGADOS A  
ESTAR SEMPRE  
INOVANDO O  
AMBIENTE DE  
COMPRA PARA  
GARANTIR  
ALGUMA  
NOVIDADE PARA  
OS CLIENTES ..."**

Como argumenta Berry (1999, p.64), "na medida em que o mundo do lazer e o varejo continuam interligados, os varejistas sem atrativos terminarão no esquecimento", como está acontecen-

do com muitos varejistas que ainda pensam que os consumidores são obrigados a comprar por uma relação simplesmente de necessidade.

Atualmente, os varejistas bem sucedidos são obrigados a estar sempre inovando o ambiente de compra para garantir alguma novidade para os clientes para que eles façam desse ato de compra algo memorável. Os varejistas com essa atitude demonstram que o aprendizado - ouvir os consumidores em seus desejos e vontades, é a ferramenta essencial na construção do modelo de criação de valor para o cliente, obtendo assim mais permanência na lembrança da sua clientela.

O diferencial a que Berry (1999) se refere é que as empresas varejistas devem assumir uma conduta que "tenham um comportamento não convencional, que desafie as premissas consagradas, como a de que boa qualidade é sinônimo de preços altos". Como exemplo, ele cita uma empresa que tem um diferencial: ela oferece assistência técnica gratuita durante toda a vida útil das bicicletas que vende.

Empresas que não conseguem, através do aprendizado, criar valor à satisfação do consumidor, devem passar por um processo de reestruturação para identificar as anomalias que estejam imperando o surgimento de um novo processo que lhe garanta desenvolver um aprendizado compartilhado e um sinergia que fortaleça a auto-estima de seus funcionários para que possam sentirem felizes no trabalho que executam ●

\* Tiago Cardoso Rosa é professor de economia/UFPI, Doutorando em Ciências Empresariais pela Universidade del Museo Social Argentino.

# O NOVO RURAL BRASILEIRO

ALFREDO JOSÉ PESSOA DE OLIVEIRA\*

Para identificarmos a evolução do emprego rural no Brasil nos anos noventa, é necessário analisar a população economicamente ativa (PEA) ocupada, por setor de atividade e situação do domicílio. A PEA agrícola entre os anos de 1992-1995 obteve taxas de crescimento negativas, enquanto que a não-agrícola atestou taxas de crescimento significativas, especialmente a residente no meio rural, que passou de 20,8 % para 22,8 % no mesmo período. Portanto, aumenta a quantidade de pessoas ocupadas no meio rural que desenvolvem atividades não-agrícolas (taxa de crescimento de 3,5 % a.a.) enquanto que diminui, como um todo, a quantidade de pessoas que se ocupavam da agricultura.

Outra forma, embora indireta, de se avaliar o emprego agrícola é por meio da comparação entre área cultivada e demanda por força de trabalho das principais culturas agrícolas na década de noventa, constata-se que as culturas agrícolas, cruciais para o desenvolvimento da agricultura, estão cada vez mais gerando menos emprego por unidade de área, isto, por sua vez, desencadeia um problema de reinserção devido, em geral, a baixa mobilidade da mão-de-obra agrícola.

No Brasil (das trinta culturas analisadas pela pesquisa da Fundação Seade), apenas seis culturas têm sido responsáveis por mais de 70 % do total demandado de força de trabalho, ou seja, a procura por emprego se concentra essencialmente nas seguintes culturas: milho (entre 18-20 % de demanda por força de trabalho); café (11-15 %); cana-de-açúcar (12-15 %); mandioca (11-14 %), feijão (6-8 %) e arroz (6-8%).

Ressalta-se ainda que, até a metade dos anos noventa, muitas culturas que diminuíram a área colhida são absorvedoras de mão-de-obra (cacau, algodão e café), enquanto que as culturas que aumentaram suas áreas de plantio são pouco intensivas na utilização da mão-de-obra (milho, soja e outros grãos, que respondem por quase a metade da demanda agrícola por força de trabalho).

Na década de noventa, a perda de dinamismo para gerar mais empregos no campo, herdada da década de oitenta, alia-se, entre outros, a quatro fatores principais. Dois seguindo a tendência delineada pela década de oitenta (queda dos preços agrícolas e aprofundamento tecnológico) e dois novos elementos específicos dos anos noventa (a política de desmonte do aparelho estatal agrícola e a abertura comercial, que desestimulou a produção interna). A constituição de 1988 unificou os direitos trabalhistas rurais aos urbanos, no entanto, o aumento da parceria, do trabalho temporário, do trabalho por conta própria, do autoconsumo e do trabalho não remunerado são características indicativas de que a flexibilização, somadas aos elementos acima, agrava ainda mais as já precárias condições de trabalho e de geração de emprego.

Segundo a professora Ângela Kageyama do Instituto de Economia da Unicamp, evolui uma tendência já desenhada na década de oitenta que é o aumento do subemprego agrícola (entendido aqui como a pessoa ocupada que recebe menos de um salário mínimo e não preenche a jornada legal em termos de horas trabalhada) na primeira metade dos anos noventa

(o subemprego na agricultura brasileira atinge 6.7 milhões de pessoas em 1995, ou 35,3 % das pessoas ocupadas em atividades agrícolas, no Nordeste essa percentagem sobe para 40,6%). Outra conclusão que corrobora com o aumento do emprego temporário na agricultura, é a percentagem de empregados agrícolas sem carteira de trabalho assinada pelo empregador em relação ao total de empregados, 72,2%.

O crescimento de outras atividades não-agrícolas no meio rural têm como parâmetro estes fatores que acabamos de enunciar, em conjunto os referidos fatores reduzem a renda do setor exclusivamente agrícola e obriga pessoas, antes ocupadas com a produção familiar (tarefas agrícolas em geral não remuneradas), a procurarem atividades fora do estabelecimento familiar, em geral atividades dissociadas da produção direta do campo. Esta procura eco no crescimento de novas atividades rurais não-agrícolas como lazer, moradia, preservação do meio ambiente etc. que geram emprego e renda, dinamizando inclusive alguns municípios. Embora ainda seja muito importante a agricultura familiar no Nordeste, a tendência do rural brasileiro é a incorporação destas novas atividades que não podem, de maneira alguma, serem desprezadas pelas políticas públicas.

No Brasil, a queda da PEA agrícola e o aumento da PEA não-agrícola (nos anos noventa) é um indicativo importante de que novas atividades têm surgido no rural, e consequentemente, novas oportunidades de emprego e renda, e a possibilidade, apesar da baixa mobilidade da mão-de-

obra, de combinar renda agrícola com outras fontes de renda, fundamentais para a retenção do homem no meio rural. Isto, por sua vez, não significaria uma ameaça ou tendência ao desaparecimento das unidades produtivas, e sim uma diversificação das fontes de renda via mercado de trabalho, já que a agricultura, em muitos casos, nem demanda todo o tempo de trabalho disponível das famílias rurais e nem gera renda suficiente para se atingir pelo menos a linha de pobreza (um salário mínimo), para as pessoas ocupadas em tempo integral. Os principais ramos de atividades não-agrícolas ocupadas pela população residente na zona rural em 1995 são descritos a seguir: do total da população rural não-agrícola (3,9 % milhões de pessoas), um milhão e cem mil estão ocupadas com a prestação de serviços, outras quinhentas e quatorze estão no serviços sociais, e outras quinhentos e vinte e oito mil estão no comércio de mercadorias, enfim o ramo de serviços ocupa mais da metade das pessoas residentes em domicílios rurais e que exercem atividades não-agrícolas. As tabulações do Instituto de Economia da Unicamp (Projeto Rurbano), nos revelam ainda

*“Embora ainda seja muito importante a agricultura familiar no Nordeste, a tendência do rural brasileiro é a incorporação destas novas atividades que não podem, de maneira alguma, serem desprezadas pelas políticas públicas.”*

os seguintes dados: a população rural ocupada em atividades não-agrícolas concentra-se mais em setores que exigem baixa qualificação, como o serviço doméstico (620 mil pessoas da PEA não-agrícola residentes nas áreas rurais) e o comércio ambulante (121 mil pessoas da PEA não-agrícola residentes nas áreas rurais), que cresceram entre 1992-95 a taxas de 6,8 e 8,2 %a.a., respectivamente.

A constatação do crescimento das atividades não-agrícolas no meio rural e a criação cada vez menor de empregos no campo, revela problemas de inserção da mão-de-obra rural em setores que exigem pouca ou nenhuma qualificação, como empregado doméstico, faxineiro, balconista, atendente, pedreiro, motorista, diarista e vendedor ambulante, ou seja, ocupações de dificilmente conscientiza em torno de uma maior cidadania e organização. A baixa mobilidade da força de trabalho somente seria suplantada via formação profissional através de um processo de educação geral. É aí que entram as políticas públicas de geração de emprego e de renda, treinando e qualificando a mão-de-obra. As políticas públicas direcionadas pela União, a nível macroeconômico, devem estar acopladas com outros agentes sociais como os estados, municípios, empresas, sindicatos, universidades e outras instituições, e necessariamente deve continuar mantendo vínculos coletivos de solidariedade social como o seguro desemprego, programa de renda mínima e aposentadorias, incorporando as novas características do novo rural brasileiro, agora, não mais essencialmente agrícola ●

\* Alfredo José P. de Oliveira é professor de economia da Universidade Federal do Ceará, Doutorando do Instituto de Economia da Unicamp

## XVI ENE

O Conselho Federal de Economia e o Conselho Regional de Economia-22 Região-PI, promoverão nos dias 5, 6 e 7 de Julho de 1999, em Teresina-PI, o XVI Encontro de Entidades de Economistas do Nordeste com o tema **O Nordeste no Brasil do Novo Milênio**. Serão apresentados para debates, os seguintes temas:

-Crise Cambial: Ameaças e oportunidades

Expositores:

Paulo Nogueira Batista Junior e Pedro Parente (Instituto de Economia / UFRJ)

-Reforma Agrária - Economia - Desenvolvimento no Nordeste Brasileiro

Expositor: Marcos Lins (Incrá-Brasília)

-Reforma do Estado: Um novo modelo de Gestão (Caso do Maranhão)

Expositor: Luciano Fernandes Moreira (Gerente de Estado da Adm. e Modernização do MA)

-O Economista no século XXI - Formação e Mercado

Expositores:

Ronaldo Rangel (UFRJ), Ricardo Eleotério(Unifor), Armando Avena (UFBA)

-Crise dos anos 90 na América Latina e no Brasil

Expositores: Wilson Cano(Unicamp), Antonio Correia de Lacerda. (Presidente do CONFECON)

- Arbitragem - Lei 9.307 - Novo campo de trabalho

Expositor: Otávio Costa Neto (CORECON-CE)

-A legislação e as Entidades dos Economistas

Expositores: Antonio Carlos da Silva Barreto (COFECON), Socorro Lira (UFPI/ANGE), Edson Roffé Borges (FENECON), Luis Antonio Elias(COFECON), César Augusto Martins Costa e Tomaz de Aquino Matos.

-O Nordeste na nova dinâmica regional brasileira

Expositores: Tânia Bacelar (CONFECON/UFPE) e Ewerton Chaves Correia (Superintendente BNH-CE).

# NOTÍCIAS

O professor Ricardo Allágio Ribeiro, Chefe do Departamento de Economia/UFPI, recebeu título de Mestre em Ciência Política pela Unicamp. Defendeu tese em maio/99 onde abordou o tema: Engenharia Militar de Construção no Brasil: Uma abordagem institucional. Parabéns, professor Ricardo!

• • • •

O professor do Departamento de Economia/UFPI, Antonio Carlos de Andrade, Doutor em História Econômica pela USP/SP, participou do IV Encontro Nacional de Economia Política. O evento foi realizado em Porto Alegre no período de 01 a 04/06/99. Foram organizadas 36 mesas que apresentaram ao todo, 99 textos com temas estudados pela Ciência Econômica. Citamos alguns:

-Smith e Keynes sobre a relevância da noção de trabalho comandado de Adriana Moreira Amado(UnB);

-Os micro-fundamentos do consumo: de Keynes até aversão moderna da teoria da renda permanente de Flávia Dias Rangel (UFF);

-Progresso técnico, desenvolvimento e dependência na abordagem de Celso Furtado - Renata D'arbo (UNESP);

-Currency Board - nova tábua de salvação da economia brasileira? - Patrícia Helena F. Cunha(PUC/SP);

-Considerações sobre a evolução da dívida pública brasileira nas últimas três décadas - Orlando Rosar (UFMA);

-Déficit fiscal no Brasil, uma análise do seu comportamento no período pós-real - Helder F. de Mendonça(UFRJ/UFF);

-Formação da teoria de Ricardo sobre valor - Luís A.M. Macedo (CEDEPLAR/UFMG);

-Concentração mundial da produção de ciência e tecnologia - Eduardo Scotti Debaco(CAEN/UFC).

Mais informações sobre os temas restantes, procurar a Sociedade Brasileira de Economia Política, cuja sede atual encontra-se no Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

• • • •

O Núcleo de Pesquisas Econômicas-NPE do Centro Acadêmico de Economia/UFPI, realizou no período de 04 a 18/06/99, levantamento do perfil e diagnóstico econômico da indústria têxtil de Teresina. O objetivo do levantamento é atualizar o cadastro do setor têxtil teresinense e com isso, conhecer suas necessidades e potencialidades.

O NPE pretende ainda desenvolver parcerias com estas indústrias para elaborar projetos e/ou prestar consultorias a preços abaixo do que são praticados no mercado. Além de melhor qualificar o estudante do curso de economia da UFPI, o NPE espera contribuir para o desenvolvimento das indústrias têxteis de Teresina.

Supervisionado pelo professor/UFPI William Jorge Bandeira, Doutor em Economia pela Unicamp, o NPE é coordenado pelo aluno do curso de economia, Domingos Pereira da Silva Júnior.

O núcleo conta ainda com o apoio irrestrito do Departamento de Economia/UFPI.

## INFORMES

•A inflação do teresinense é medida pelo Índice de Preços ao Consumidor-Teresina. Este índice é calculado e divulgado sistematicamente pela Fundação CEPRO que realiza a pesquisa num conjunto de famílias residentes na zona urbana da cidade que possuem renda compreendida no intervalo de 0,5 a 10 salários mínimos. A referida pesquisa constatou que o Grupo Alimentação, além de apresentar uma redução de preços na ordem de -1,39%, foi o determinante na formação do IPC-THE para o mês de maio/99 que apresentou um resultado final de 0,16%.

Ao contrário do Grupo Alimentação, os demais grupos apresentaram alta nos preços. Observou-se que mais uma vez o Grupo Vestuário liderou o ranking das altas entre os grupos componentes da estrutura do IPC-THE. Roupas para mulheres e jóias foram os principais responsáveis pelo aumento do citado grupo com crescimento de 2,03% (Ver tabela pág. 16).

(Fonte:Fundação CEPRO).

•O custo da Cesta Básica, igualmente calculado e divulgado pela Fundação CEPRO, para o mês de maio do corrente ano foi de R\$ 80,49, registrando uma queda em relação ao mês anterior de 2,00%. As quedas verificadas nos preços do feijão (-10,05%), açúcar cristal (-7,29%), arroz (-2,08%), carne bovina (-2,70%), óleo vegetal (-2,04%), foram determinantes para a redução do custo final da Cesta Básica (Ver tabela pág. 16).

(Fonte:Fundação CEPRO)

## INDICADORES ECONÔMICOS

Período Índices	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	Acumulado	
								No ano	12 meses
IGP-DI (FGV)	-0,18	0,98	1,15	4,44	1,98	0,03	-0,34	7,38	7,89
IPC-DI (FGV)	-0,19	0,09	0,64	1,41	0,95	0,52	0,08	3,66	3,20
IGP-M (FGV)	-0,32	0,45	0,84	3,61	2,83	0,71	-0,29	7,89	8,09
INPC (IBGE)	0,18	0,42	0,65	1,29	1,28	0,47	0,05	3,79	3,19
IPCA (IBGE)	-0,12	0,33	0,70	1,05	1,10	0,56	0,30	3,76	3,14
Poupança (1)	-	-	1,0189	1,3339	1,6672	1,1122	1,0790	7,23	14,55
IPC-SP (FIPE)	-0,44	-0,12	0,50	1,41	0,56	0,47	-0,37	2,59	-0,24
IPC-RIO (FGV)	-0,24	0,30	0,65	1,21	1,10	0,58	0,38	3,98	3,77
IPC-THE(CEPRO)	0,53	0,81	1,85	2,64	0,41	0,64	0,16	5,81	8,45
Custo Cesta Básica Teresina -R\$ (2)	-	-	83,33	85,74	82,84	82,13	80,49		

FONTE: GAZETA MERCANTIL (1) CRÉDITO NO 1º DIA DO MÊS SEGUINTE. (2) ÍNDICE CALCULADO PELO FUNDAÇÃO CEPRO-SEPLAN PARA A CIDADE DE TERESINA

CESTA BÁSICA - COMPOSIÇÃO, QUANTIDADE E VALOR  
MAIO/99

PRODUTOS	QUANTIDADE	VALOR (R\$)	VARIÇÃO PERCENTUAL	
			No Mês	12 Meses
Açúcar Cristal	3,00 Kg	1,43	-7,29	-18,29
Arroz	3,60 Kg	3,13	-2,08	13,82
Banana	7,50 Kg	15,06	-1,10	-0,26
Café em pó	0,30 Kg	1,77	-0,64	-8,29
Carne bovina	4,50 Kg	17,37	-2,70	10,57
Farinha de mandioca	3,00 Kg	2,72	0,00	3,03
Feijão	4,50 Kg	6,95	-10,05	9,28
Leite pasteurizado	6,00 Lt	4,80	0,00	0,00
Margarina	0,75 Kg	2,59	0,19	17,19
Óleo Vegetal	0,90 Lt	1,46	-2,04	0,00
Pão	6,00 Kg	12,00	0,00	0,00
Tomate	12,00 Kg	11,21	0,10	-51,76
TOTAL		89,49	-2,00	-10,52

Fonte: Fundação CEPRO/SEPLAN

IPC-TERESINA. PESO NA ESTRUTURA E VARIÇÃO PERCENTUAL  
MAIO/99

GRUPOS	PESO NA ESTRUTURA	VARIÇÃO PERCENTUAL		
		No Mês	No Ano	12 Meses
Alimentação	41,93	-1,39	4,40	3,69
Habitação	13,25	1,04	7,50	14,69
Artigos de Residência	5,45	1,60	7,23	12,69
Vestuário	8,36	2,03	5,87	15,56
Transp. e Comunicação	11,69	0,70	7,87	9,72
Saúde e Cuid. Pessoais	8,99	1,94	8,02	12,12
Serviços Pessoais	10,33	1,02	4,46	8,68
TOTAL	100,00	0,16	5,81	8,45

Fonte: Fundação CEPRO/SEPLAN

## EXPEDIENTE:

INFORME ECONÔMICO  
ANO 3 - Nº 06 - JUNHO DE 1999  
EDITADO PELO DEPTº DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
COORDENAÇÃO: ECONOMISTA ENOISA VERAS  
DEPTº DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS - UFPI  
PROJETO GRÁFICO: PROFA. ELMIRA SIMEÃO  
DEPTº DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - UFPI  
EDITORAÇÃO GRÁFICA: ENOISA VERAS  
TIRAGEM: 2000 EXEMPLARES  
IMPRESSÃO: GRÁFICA-UFPI  
DISTRIBUIÇÃO GRATUITA  
ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS  
CAMPUS ININGA - TERESINA - PIAUÍ  
CEP: 64.049-550 - FONE: (086) 215-5500 R. 341  
FAX: (086) 215-5697